

**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

RESOLUÇÃO Nº 165 /2016

54ª SESSÃO ORDINÁRIA 4/7/2016.

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS
TRIBUTÁRIOS**

RECORRENTE: TECNOQUIMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

PROCESSO Nº: 1/423/2012 AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201115802-6

CONSELHEIRA RELATORA: MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA

EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE RECEITA – Levantamento contábil. Saldo credor de caixa. Refazimento da conta caixa, com exclusão dos valores indevidamente lançados. Preliminar de cerceamento ao direito de defesa afastada por unanimidade de votos. Recurso voluntário conhecido e não provido. Decisão unânime conforme Parecer emitido pela célula de Assessoria Processual Tributária adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Decisão amparada nos artigos 169, I, 174, I e 827, § 8º, II do Decreto nº 24.569/97. Penalidade prevista no artigo 123, III, b da lei nº 12.670/96 alterada pela Lei nº 13.418/03.

RELATO,

Versa o presente processo da omissão de receitas detectada por meio do levantamento contábil com a existência de saldo de caixa, no valor de R\$. 75.340,70 (setenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos) referente ao exercício de 2006. O agente do fisco afirma na Informação Fiscal, anexa ao Auto de Infração nº 2011.15802-6 que:

- ✓ A ação fiscal teve início no dia 13/01/2011, mediante o Termo de início de 2011.00873 amparado na Ordem de Serviço 2011.001660, seguida da Ordem de Serviço nº 2011.22837 e posteriormente para conclusão dos trabalhos da Portaria 818/2011 do Secretário da Fazenda.
- ✓ Constatou-se a existência de omissão de receita, materializada pelo saldo credor de caixa revelado em 12/12/2006, nos termos do parágrafo 8º, inciso II do art.92 da Lei 12.670/96
- ✓ Explica que a conta caixa é da classe de disponibilidade e destina-se a registrar os valores monetários detidos em forma de dinheiro, que é movimentada a débito nas entradas e a crédito pelas saídas de valores.
- ✓ Ressalta que como “ conta do ATIVO, o saldo inicial aparece ao lado esquerdo da conta, e os registros vão sendo feitos segundo o mecanismo que diz que nas contas de ativos os aumentos são registrados no lado do débito e as diminuições no lado do crédito” .

Processo: 1/423/2012 AI Nº 1/201115802-6

Contribuinte: TECNOQUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CGF 06.690.445-5

Conselheira Relatora: Maria Elineide Silva e Souza



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

- ✓ Lembra, ainda, que a conta caixa como toda a conta do ativo deverá ter saldo devedor ou saldo zero.
- ✓ “ Na análise da documentação apresentada, verificou-se uma série de lançamentos contábeis a débitos da conta CAIXA incompatíveis com a realidade comprovada mediante extratos bancários, comprovantes de pagamentos de títulos via internet, relação de folhas de pagamento de salários através do Banco do Brasil, anexas a presente informação fiscal”.
- ✓ “ Através dos sucessivos lançamentos indevidos a débito da conta caixa, a mesma manteve-se com saldo devedor, enquanto que caso tivesse havido a contabilização correta dos fatos demonstrados no Anexo I desta informação, o saldo da Conta Caixa estaria CREDOR, configurando uma situação INACEITÁVEL, e resultando assim uma clara omissão de receitas pela empresa ora fiscalizada”.
- ✓ A empresa apresentou saldo credor na conta caixa em diversos momentos do período fiscalizado e foi computado o maior saldo credor do período como valor da receita omitida para fins de autuação, ocorrido em dezembro de 2006, no valor de R\$ 75.340,70 (setenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos).

ANEXO I DA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.

- ✓ “Fato I – Autorização de crédito de Folha de pagamento via Banco do Brasil para 05/09/2006, lançada no Livro Razão- Conta caixa a débito na página 58 com título Rec ref. saque eletrônico, e a crédito do Livro Razão – Conta Bancos BB com título Rec ref saque eletrônico na página 202, sendo que se verificando o extrato bancário do mês de setembro/06, no dia 05.09.06, consta histórico FOLHA DE PAGAMENTO, portanto não tendo movimentação pela conta caixa”
- ✓ FATO II – Pagamento do título do fornecedor DI FRANCIS IND E COM DE VASSOURAS lançado na pág, 06 com título de Rec. Ref. Saque eletrônico, e a débito da conta caixa lançado na pág. 83 com título de Rec ref. Saque eletrônico, no entanto, essa operação não deveria movimentar a conta caixa, pois a empresa efetuou o pagamento através da internet, conforme cópia do extrato anexo”.

São anexadas cópia do livro Razão, planilha contendo os valores excluídos da conta caixa (fls.281/284), extrato da conta do Banco do Brasil mês de setembro/06 (fls.286/292), cópia do razão da página 5 e 82, cópia da autorização para liberação dos créditos – Banco do Brasil 05/09/2016, Protocolo de devolução de documentos, planilha Conta Caixa fls.301/362, extrato da conta corrente da Caixa Econômica Federal janeiro a dezembro de 2006, fls. 363/396, extrato do banco Bradesco fls.401/412, extrato da conta corrente do Banco do Brasil janeiro a dezembro de 2006, fls. 413/487.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

Contribuinte vem aos autos com pedido de prorrogação de prazo para impugnação fls. 501/502 e apresenta defesa nos seguintes termos:

- ✓ Que o agente do fisco "erroneamente concluiu que houve omissão de receitas por ter apurado um saldo credor de caixa, com base em despesas pagas, saldo de caixa e bancos, entradas e saídas não lançadas, bem como, receitas efetivamente recebidas, correspondentes ao ano de 2006, presumindo que entraram valores no caixa da empresa e não foi demonstrada a saída dos mesmos".
- ✓ Houve equívoca do agente fiscal, que deixou de verificar nos relatórios contábeis operações como movimentação direta de recursos para pagamento e entradas com datas de saídas posterior, conforme registros contábeis.
- ✓ Salientar que o valor do saldo credor apurado pelo fiscal, corresponde na grande maioria a folha de salário da empresa, onde a orientação contábil permitiu que os valores saiam da conta da empresa sem que circulem pelo caixa.
- ✓ Que é possível um determinado valor sair da empresa sem circular pelo caixa da mesma, como ocorreu na maioria das vezes com o pagamento da folha salarial da empresa.
- ✓ Que a agente fiscal não concedeu tempo hábil para a empresa demonstrar as saídas ocorridas no caixa, ou seja não possibilitou a comprovação dos recursos financeiros.
- ✓ Portanto, não se aplica a presunção relativa de omissão de receitas. Colaciona jurisprudência no sentido de não se admitir a presunção de omissão de receitas quando a diferença for apurada exclusivamente nas diferenças entre total mensal apurado pelo fornecedor e o total mensal contabilizado pelo contribuinte, tendo em vista que essa diferença se aplica pelo fato da escrituração das compras ser feita pela interessada na data do efetivo recebimento das mercadorias e não na data do faturamento.
- ✓ Outra jurisprudência no sentido de que a omissão de receita deve ser devidamente comprovada pela fiscalização, por meio da realização das verificações necessárias à obtenção dos elementos de convicção e certeza indispensáveis à validação do crédito tributário.
- ✓ Requer a improcedência e a realização de perícia contábil para comprovação das alegações.
- ✓ Anexa o balanço patrimonial do exercício de 2006 (fls. 509/511), Demonstrativo do Resultado do Exercício de 2006 (fls. 502). Razão 2006 (fls. 513/767), termo de arrolamento de Bens (fls. 771/772).

Em primeira instância o processo foi julgado procedente com a seguinte fundamentação:

- ✓ Constatado a regularidade formal da ação fiscal, realizada por autoridade competente e não impedida
- ✓ Metodologia do fluxo de caixa devidamente prevista na legislação art. 827, § 8º, II do Decreto nº 24.569/97



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

- ✓ No levantamento fiscal efetuado por meio da análise do fluxo de caixa, são considerados os ingressos e as saídas de numerários, subtraindo-se das receitas que ingressam na empresa as despesas ocorridas no período. Podendo ser demonstrado ingressos de numerários em montante superior aos desembolsos, ou, desembolsos em montante superior aos ingressos de receitas.
- ✓ Método legítimo para detectar por presunção legal a existência de omissão de receitas.
- ✓ A auditoria do caixa geral tem por finalidade constatar erros e irregularidades, em decorrência, principalmente, da falta de contabilização das receitas operacionais ou não, conhecidas como omissão de receitas.
- ✓ O livro caixa deve ter registro diário.
- ✓ A autuante refez a conta caixa, excluindo os valores indevidos demonstrados na planilha de fls.281/284. Após tal procedimento a conta caixa passou a apresentar saldo credor a partir de 15/11/2006 permanecendo até o final do ano.
- ✓ Considerando que a metodologia utilizada pela autoridade fiscal está de acordo com a lei e que o resultado do levantamento indica saldo credor de caixa, conclui-se que a empresa omitiu receitas, provenientes da saída de mercadorias sem notas fiscais, descumprindo a lei.
- ✓ O maior saldo credor do período foi considerado como base de cálculo na omissão de receita, procedimento permitido pelos princípios contábeis.
- ✓ O saldo credor da conta caixa, também conhecido como "estouro de caixa", é decorrente da falta de contabilização de valores provenientes de uma receita, operacional ou não.
- ✓ "O cálculo do montante do saldo credor da conta caixa, base tributável dos tributos, é feito utilizando-se dois critérios: a) o primeiro, que corresponde à soma de todos os saldos credores de um determinado período, e neste caso toda vez que houver saldo credor, o saldo inicial do período seguinte é zerado: b) **o outro é considerar o maior saldo credor do período fiscalizado**".
- ✓ Os argumentos da impugnante são insubsistentes e vazios, pois não traz aos autos documentos que possam desconstituir o levantamento fiscal, razão pela qual não pode ser acatado o pedido de perícia e a improcedência.
- ✓ O levantamento do agente fiscal foi realizado com base nas informações extraídas da documentação fiscal da própria empresa e se presta como prova de acusação.

Inconformado com a decisão condenatória de 1ª. Instância, o autuado apresenta recurso ordinário com os seguintes fundamentos:

- ✓ Na planilha anexa ao totalizador foram computados valores pertinentes ao exercício de 2007, portanto alheio ao período da ordem de serviço.
- ✓ No Termo de Início de Fiscalização nº 2011.00873 relativo ao Ato Designatório nº 2011.00160 o agente do fisco requereu tabelas de produtos e inventários inerentes a 31/12/2007 e extratos das administradoras de cartão de crédito do período de 01/1/2007 a 31/12/2007.
- ✓ Ressalta que nenhum momento o agente do fisco incluiu na sua planilha valores relativos a 2006, período efetivamente fiscalizado. Deste modo, na



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

ação fiscal, não há nenhuma prova da ocorrência de estouro de caixa ocorrido no período de 2006.

- ✓ Transcreve a ementa da Resolução 199/2011 do Conselho de Recursos Tributários, 2ª Câmara, Relator Manoel Marcelo Augusto Marque Neto, cujo processo refere-se a uma omissão de vendas – suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, julgado improcedente pois o conjunto probante leva a conclusão de que não ocorreu o estouro de caixa.
- ✓ Por último, argui que “os valores indicados na planilha do fiscal não constam no Livro Razão, no Diário nem nos extratos bancários de 2006 e 2007, conforme será demonstrado com a juntada posterior de documentos”
- ✓ Anexa procuração (fls.785), oitavo aditivo ao contrato social consolidado (fls. 789/794), 9º aditivo ao contrato social (fls.795/797), 11º aditivo ao Contrato social (fls.798/799), 12º aditivo ao Contrato social (fls.800/806).

O processo é encaminhado ao Conselho de Assessoria Tributária, sendo emitido o parecer nº128/2016, sugerindo o conhecimento do recurso ordinário, negar-lhe provimento e confirmar a decisão condenatória de 1ª instância sob os seguintes fundamentos:

- ✓ A auditoria constatou por meio da análise da conta caixa que vários lançamentos a débito que indicavam o ingresso de numerário, “ não traduziam as operações reveladas dos documentos que embasaram o lançamento contábil, visto que as operações não transitaram pela conta caixa, como é o caso do pagamento da folha de salário, cuja transação se dá diretamente pela conta bancos”.
- ✓ Ressalta que a empresa poderia utilizar a conta caixa para pagamento de despesas com recursos oriundos da conta banco conta movimento. “Para tanto teria que dar entrada no caixa, como se houvesse o saque da quantia e, em seguida, promover a saída como se o pagamento fosse realizado pelo caixa. O que não é permitido fazer é considerar apenas o ingresso de numerário com fito exclusivo de alimentar o caixa com recurso suficiente para não revelar um saldo credor de caixa, como no presente caso”.
- ✓ Afasta o argumento da falta de prova, considerando que os lançamentos contábeis indevidamente efetuados na conta caixa foram efetuados no referindo exercício, conforme faz prova o livro razão anexado aos autos.
- ✓ Confirma a base de cálculo, o maior saldo credor de caixa registrado no período, pois a metodologia empregada pela fiscalização consistiu em compensar os saldos credores de caixa com os débitos lançados na conta mercadoria.

O douto representante da procuradoria Geral do Estado adota o parecer emitido pela assessoria tributária.

Este é o relato.

Voto da Relatora:

Processo: 1/423/2012 AI Nº 1/201115802-6
Contribuinte: TECNOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CGF 06.690.445-5
Conselheira Relatora: Maria Elineide Silva e Souza

5



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

Antes de adentrarmos ao mérito do processo, verificamos que a preliminar de nulidade suscitada, falta de provas, não merece acolhida, pois a infração encontra-se plenamente comprovada pelo agente do fisco que colaciona várias provas fls.24/497 para consubstanciar a autuação.

O método utilizado para detectar a infração foi análise contábil da conta caixa. A conta caixa é classificada como pertencente ao grupo do ativo que representa os direitos e bens, que por convenção contábil devem ter saldo devedor.

No presente processo, o agente do fisco verificou que vários lançamentos da conta caixa encontravam-se irregulares, pois não representavam a realidade dos documentos que subsidiaram os lançamentos contábeis, como exemplos:

1. Pagamento de folha via banco sem transitar o dinheiro pelo caixa. O mês de setembro/06, realmente foi efetuado o pagamento do salário por meio do banco (extrato bancário – folha de pagamento (fls.281), **entretanto consta no livro razão –conta caixa a debito – saque eletrônico (fls.82) e crédito do livro razão – conta banco BB com o título referente a saque eletrônico (fls. 226).**
2. Pagamento de título de fornecedor via conta caixa, quando na realidade a operação ocorreu sem transitar por tal conta. Demonstração dos fatos no processo nas folhas 31,83,108,249, 285 e 286/290.

Quanto ao argumento de efetuar pagamento sem transitar pela conta caixa, é necessário que se diga que é possível, entretanto não é permitido considerar o ingresso do numerário com a finalidade de alimentar o caixa com recurso suficiente para não demonstrar a existência do saldo credor, como ocorreu no presente processo.

Também não procede o argumento de que as provas não evidenciam o estouro de caixa no exercício de 2006, uma vez que a planilha de fls.301/369, demonstram exatamente a existência da infração comprovada pelos documentos anexados.

Considerando que a reconstrução da conta caixa, após as exclusões dos valores comprovadamente indevidos, constata a existência do saldo credor ao longo do exercício de 2006, configurando hipótese prevista no artigo 92, § 8º, inciso II da lei 12.670/96, voto pelo conhecimento do recurso ordinário, negar-lhe provimento, afastando a preliminar suscitada e mantendo o lançamento nos termos da inicial.

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

BASE DE CÁLCULO	ICMS	MULTA
R\$ 75.340,70	R\$ 12.807,91	R\$ 22.602,21



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

DECISÃO:

Vistos relatados e discutidos os autos onde é **recorrente: TECNOQUIMICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA** e **recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância**


A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso interposto, resolve preliminarmente em relação à nulidade arguida pela recorrente, em razão da ausência de provas acostadas aos autos, afastar a preliminar, por decisão unânime. No mérito, por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto, confirmando a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.


Sala das sessões, 12 de setembro 2016.


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Presidente


Walter Barbalho Lima
Conselheiro


Lelson Oliveira Cunha
Conselheiro


Maria Elineide Silva e Souza
Conselheira


Felipe Pinho da Costa Leitão
Conselheiro

Jussara Dias Soares
Conselheira


Matheus Fernandes Menezes
Conselheiro


Matheus Viana Neto
Procurador do Estado

Processo: 1/423/2012 AI Nº 1/201115802-6
Contribuinte: TECNOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CGF 06.690.445-5
Conselheira Relatora: Maria Elineide Silva e Souza